

**NOTA INTRODUTÓRIA:**  
**LOCKE'S DISGUISED SPINOZISM**  
(Wim Klever)

FERNANDO BONADIA DE OLIVEIRA \*

VICTOR FIORI AUGUSTO \* \*

O ano de 1632 registra o nascimento de dois importantes filósofos modernos: John Locke e Benedictus de Spinoza. Apesar de terem tentado responder aos mesmos problemas filosóficos, a história tradicional da filosofia parece reconhecer apenas o ano de nascimento como ponto comum entre os dois pensadores. Spinoza, poucos meses mais jovem que Locke, viveu somente 44 anos e não consta, entre os livros de sua biblioteca, qualquer escrito assinado pelo filósofo inglês. Ao contrário, Locke possuía todas as obras de Spinoza tidas como centrais, mas sua negação pública do spinozismo, ao que tudo indica, convenceu a tradição de que o filósofo holandês não exercera influência alguma sobre seu pensamento.

Após séculos de fortuna crítica, a maior parte dos estudiosos parece dar por assentado que um filia-se ao racionalismo de Descartes, radicalizando-o, e o outro se coaduna à tendência empirista inglesa, anticartesiana. Seriam, assim, duas teorias do conhecimento, duas teorias físicas, duas éticas e duas teorias políticas discrepantes, com pouco ou nada em comum. É verdade que alguns filósofos, entre eles William Carroll e Leibniz, ousaram aproximar os dois pensamentos e, de fato, a um leitor mais atento, as proximidades temáticas entre ambos poderiam ser dignas de interesse. Sabe-se que os problemas de liberdade de pensamento, exegese bíblica e origem do conhecimento ocuparam intensamente seus trabalhos. Com exceção da questão da tolerância, tratada recentemente por Jean-Michel Vienne (2000), os poucos estudos comparativos dedicados ao encontro Locke-Spinoza permaneceram silenciados nos últimos séculos.

Todavia, uma aproximação mais profunda apareceu quando Wim Klever, professor emérito da Universidade Erasmus (Roterdã), apresentou uma discussão sistemática acerca das semelhanças, e mesmo identidades, entre as filosofias de Locke e Spinoza. Para ele, ambos são “gêmeos”, sendo o pensamento lockeano uma espécie de reprodução, ou mesmo de “plágio”, da obra spinozana. Esse trabalho foi originalmente publicado em holandês sob o título “*John Locke (1632-1704) – vermomde en miskende Spinozist: rapport van een historisch onderzoek*” (Vrijstad: publicação privada, 2008, 105p.). Uma versão inglesa, abreviada, foi publicada em 2009 e se encontra disponível também, em duas partes, nos números 11 e 12 da Revista *Conatus* (2012). Uma versão italiana, traduzida do inglês por Cinzia Carantoni, apareceu em 2012 no *Foglio Spinoziano*.

Fundamentado em dados historiográficos, documentos históricos e, sobretudo, em elementos textuais, Klever propõe demonstrar a necessidade de considerar a obra de Locke como produto de sua leitura e interpretação de Spinoza; tal consideração – ele ressalta – é útil não somente aos estudiosos do pensador inglês, mas também aos spinozistas, dado que lança uma nova luz à física spinozana.

No que concerne aos dados historiográficos, Klever resgata a informação segundo a qual já em 1664, Locke admirava-se com a descoberta dos *Princípios da filosofia cartesiana* e anotou em sua caderneta o desejo de saber mais sobre o autor da obra; como aprendiz e amigo de Robert Boyle, Locke muito provavelmente teve acesso às cartas que Spinoza trocava com seu mestre por intermédio de Heinrich Oldenburg, podendo vislumbrar uma alternativa ao mecanicismo que até então estudara.

---

\* Doutorando em Filosofia (USP).

\*\* Graduando em Filosofia (USP).

No que diz respeito aos elementos textuais, Klever repetidas vezes expõe o paralelo entre as linhas de Spinoza presentes em diversas obras (dos *Princípios da filosofia cartesiana* até a *Ética* e os tratados *Político* e *Teológico-político*) e sua apropriação por Locke em obras como *Ensaio sobre o entendimento humano* e *Dois tratados sobre o governo*.

A proximidade textual chega a causar espanto ao leitor tão acostumado à tradicional oposição entre um racionalista e um empirista. Não só na estrutura geral da argumentação lockeana, mas acima de tudo na escolha dos vocábulos e dos exemplos que ilustram as principais teses expostas, vê-se nitidamente Spinoza surgir como seu “real mestre filosófico”.

De acordo com Atilano Domínguez (2000), Spinoza se encontrou pela primeira vez com Oldenburg em julho de 1661, quando ele e Locke ainda não tinham completado 29 anos. Locke, nesse mesmo período, aproximava-se, em Oxford, de Boyle (“protetor de Oldenburg”), com quem, segundo Klever, conviveu até 1665 de modo muito familiar. O espaço de tempo em que Boyle e o autor do *Essay* permaneceram próximos coincide com o primeiro intercâmbio epistolar entre Spinoza e Oldenburg, isto é, de 1661 a 1665.

As cartas escritas por Spinoza em 1661 (Cartas 2 e 4), em 1663 (Carta 13) e em outubro de 1665 (Carta 32) provavelmente foram lidas e devidamente memorizadas por Locke, já que ele devia estar ocupado, por esses tempos, com problemas de filosofia primeira e de filosofia natural. Os paralelos entre trechos dessas cartas e fragmentos da obra lockeana alimentam solidamente essa afirmação.

A partir da Carta 2 de Spinoza, sobre os problemas do cartesianismo, Locke teria – de acordo com Klever – inspirado sua argumentação a respeito da vontade e da negação do livre-arbítrio no capítulo 21 do segundo livro do *Ensaio*. Nesta carta, ademais, Spinoza utilizou a metáfora do “espelho desigual” para se referir à relação do homem com o universo; o sábio Locke, em passagem extremamente semelhante de seu *Ensaio* (2.1.25), emprega a mesma figura de linguagem em circunstâncias quase idênticas. A Carta 4, dedicada a esclarecer o significado da expressão “nada ter em comum” e a distinguir

rigorosamente os vocábulos “criação” e “geração”, é também praticamente copiada no capítulo 26 do segundo livro do *Ensaio*.

Klever encontra as origens da explicação de Locke para um problema específico sobre a pressão de partículas, feita no *Ensaio* (2.23.24), no desenho e no experimento discutidos entre Spinoza e Oldenburg nas cartas 13 e 14. Tal experimento teria inquietado os “partidários do vazio” (*Vacuistas*) e admirado os sequazes da inexistência do vazio (*Plenistas*) (GIV, p. 70-1); sua apropriação por Locke parece ser, também nesse caso, clara e manifesta.

De todos esses paralelos, estruturais e textuais, descobertos por Klever nas cartas spinozanas destinadas a Oldenburg (de 1661 a 1665) e as posteriores formulações de Locke no *Ensaio*, talvez a mais relevante seja a da Carta 32. Nessa missiva, Spinoza oferece a famosa explicação para a relação entre o todo e as partes (empregando a interessante imagem do verme que vive no sangue); sabemos, pela resposta de Oldenburg, de dezembro 1665, que tal explicação “agradou extremamente” a todos que dela tiveram notícia, mas antes das investigações de Klever não estava evidente como Locke a assumiu por completo no *Ensaio* (4.6.11).

Para além da influência dessas cartas, conhece-se suficientemente a interação que o filósofo inglês manteve com as obras de Spinoza após sua saída de Oxford para Londres em 1666. É conhecido, desde antes, o pedido de envio de um exemplar dos *Princípios da filosofia cartesiana* feito por Oldenburg na Carta 16, de 4 de agosto de 1663; provavelmente, já por esta época, Locke teve acesso à exposição que Spinoza fizera de Descartes. Em 1670, com o lançamento do *Tratado Teológico-político*, Locke conseguiu ampliar sua leitura de Spinoza das temáticas físicas e metafísicas para as questões propriamente bíblicas e políticas.

Antes, porém, de compreender a importância das teses spinozistas no campo político, cabe averiguar também como a teoria do conhecimento exposta na *Ética* atraiu, no parecer de Klever, as atenções de Locke. O autor anuncia que o *De natura et origine mentis* [*Sobre a natureza e origem da mente*] de Spinoza teria dado a Locke um horizonte novo e luminoso para sua teoria das ideias. As primeiras proposições

dessa parte da *Ética* estariam contidas no livro “*Of Ideas*” do *Ensaio*, e em seu capítulo “*Of ideas in general and their original*” [*Das ideias em geral e a sua origem*]. Para ele, as afirmações de Spinoza nos axiomas iniciais da *Ética* II, que definem nossos pensamentos ou como “sensações”, ou como “percepções de sensações”, teriam dado a base para a distinção lockeana basilar entre “sensação” e “reflexão”.

A célebre teoria das noções comuns de Spinoza teria sido, na opinião de Klever, aprofundada e desenvolvida por Locke. Do mesmo modo, a concepção spinozista da adequação e inadequação encontraria eco no capítulo 21 do segundo livro do *Ensaio*.

É evidente que toda essa comunidade de opiniões entre os dois pensadores no campo da epistemologia envolveu também os problemas da filosofia natural, como já foi mostrado. Klever atribui uma importância considerável para o desenvolvimento posterior da pequena física spinozista por Locke, a ponto de afirmar que as diversas afirmações do segundo livro do *Ensaio* poderiam provar que seu autor segue minuciosamente a física de Spinoza para a explicação da percepção humana. A argumentação de Spinoza sobre a alucinação, na *Ética*, teria, por exemplo, reverberado consistentemente na teoria das “qualidades secundárias” proposta por Locke.

Segundo Wim Klever, a filosofia política de Spinoza exerceu grande influência sobre o pensamento de Locke. A noção de consenso comum, presente na *Ética* e nos tratados *Teológico-político* e *Político*, aparece nos *Dois tratados sobre o governo* como o fundamento das leis que regulam a sociedade. A importância do consenso para a constituição do governo indica que a multidão, tanto para Locke quanto para Spinoza, é a real detentora do poder político, e ambos entendem que o método empregado pelo povo oprimido para fazer frente à violência sofrida não pode ser senão o uso da violência. Para os dois autores, o direito natural não cessa no estado civil: esta tese, apresentada por Spinoza na Carta 50 para marcar a diferença entre a sua teoria política e aquela de Thomas Hobbes, é retomada de perto por Locke no segundo *Tratado sobre o governo*.

Críticos dos teólogos que transformavam a igreja em academia e que introduziam arbitrariamente as filosofias de Platão e Aristóteles nas Escrituras, Locke e Spinoza procuraram mostrar que fé e razão são diferentes gêneros de conhecimento, “duas regiões” distintas. Para Klever, Locke concorda totalmente com o método spinozano, exposto no *Tratado Teológico-político*, de interpretar a Escritura, pois o filósofo inglês entende que é preciso extrair o conhecimento dos livros sagrados apenas deles mesmos. A ideia de Spinoza de que é mais fácil convencer os homens invocando a experiência do que demonstrando razões deduzidas a partir de axiomas autoevidentes, e de que o primeiro procedimento é aquele adotado pela Bíblia, está também claramente presente no texto lockeano *A razoabilidade do cristianismo de acordo com as Escrituras*.

No campo da ética, entre outras coisas, Locke assume para sua filosofia, no capítulo “*On the improvement of our knowledge*” do *Ensaio* (4.12), o mesmo escopo (o *summum bonum*) e os mesmos meios para atingi-lo que Spinoza lançara no parágrafo 13 do *Tratado da emenda do intelecto*, ressaltando também o papel da potência intelectual na consecução da felicidade.

Entre as contribuições que este estudo nos oferece, a maior delas consiste certamente em permitir lançar um novo olhar às tradicionais diferenças já cristalizadas entre as duas tendências ditas “clássicas” do século XVII. Se, efetivamente, o mais esforçado defensor do empirismo (como Locke é estimado pela tradição) seguiu tão de perto as orientações filosóficas de um racionalista radical (como insistem costumeiramente em estigmatizar Spinoza), então as fronteiras entre empirismo e racionalismo devem, no mínimo, ser reexaminadas e revistas.

No que diz respeito à tradução, por se tratar de um texto que contém muitas notas de rodapé, evitamos adicionar notas de tradução para não deixar a leitura demasiadamente truncada. Fizemos também pequenas alterações no texto de Klever para corrigir alguns deslizes. Por exemplo, ao citar um trecho do escólio da proposição dezessete do segundo livro da *Ética* (2/17s), o autor claramente troca a palavra

“existência” (*existence*) por “essência” (*essence*). Além disso, traduzimos entre colchetes os títulos das obras citadas (em inglês e francês) por Klever e os trechos em latim cuja tradução julgamos útil para a compreensão do texto. Finalmente, cabe observar que procuramos manter rigorosamente o conteúdo das tabelas comparativas das citações de Spinoza e de Locke. Como a disposição das transcrições do *Ensaio* e de outras obras lockeanas poderiam confundir o leitor que ignora o contexto de onde elas foram retiradas, recorreremos aos originais utilizados pelo autor.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DOMÍNGUEZ, Atilano. “A correspondência entre Espinosa e Oldenburg, ou Os equívocos de duas ideologias”. São Paulo, *Discurso*, 31, 2000, p. 285-322.

SPINOZA, Benedictus de. *Spinoza Opera*. Im Auftrag der Heidelberger Akademie der Wissenschaften herausgegeben von Carl Gebhardt. Heildelberg: Carl Winter, 1925; 2. Auflage 1972, 4v (Citado como GI, GII, GIII e GIV e número da página).

VIENNE, Jean-Michel. “La tolérance, de Spinoza à Locke”. Quebec, *Études littéraires*, vol. 32, n° 1-2, 2000, p. 125-132.

